

Programas de Saúde para a pessoa idosa no Brasil: Breve estudo sobre o Envelhecimento Ativo

*Alessandra Negrão Elias Martins
Ana Carla Santos Nogueira de Sousa
Beltrina Côrte*

Resumo: Neste artigo apresentamos estudo descritivo e de natureza qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica nacional, tendo como base a *Revista Kairós Gerontologia* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) respaldada na investigação e análise sobre os Programas de Saúde Pública no Brasil dirigidos a pessoas idosas. Os descritores utilizados foram: “saúde pública”, “idosos”, “envelhecimento”, “velhice”, “direitos”, “saúde”, “direitos sociais”, “Política Nacional do Idoso”, “políticas públicas” e “promoção de saúde”. Após o refinamento da pesquisa pela base de dados foi possível encontrar um total de 12 artigos no período de 2010 a 2015. O Programa de Envelhecimento Ativo faz-se presente com exemplos práticos ou estão relacionados com saúde, participação e segurança e diretrizes do programa. Vale ressaltar que os artigos selecionados foram analisados a partir da abordagem sociológica proposta por Machado (2007). A partir desse olhar foram constatados: I) uma natureza assimétrica, isto é, ainda não há uma distribuição uniforme das ações em todos os eixos; II) em relação ao alcance da distribuição das oportunidades há regiões em que são desenvolvidos todos os eixos, outras com dificuldade para desenvolver apenas um dos eixos; III) verificou-se que os contextos sociais são diversos e se refletem na distribuição das ações; IV) a identificação da velhice associada a doença; V) a descapitalização da pessoa idosa. Na busca de soluções muitas foram as reflexões nas pesquisas descritas: melhora das condições, tais como, aumento das ações preventivas relacionadas à saúde e aos vícios; conscientização da sexualidade do idoso e de programas preventivos das doenças sexualmente transmissíveis; a importância do estudo e treino da memória; a necessidade da certificação das universidades abertas; possibilidade da utilização do Fundo Nacional do Idoso dentro dos parâmetros legais. Em consonância com essas observações, a presente pesquisa evidencia a necessidade de uma Política do Envelhecimento Ativo, com enfoque social, capaz de englobar em suas ações todos os eixos: saúde, participação e segurança para a população, levando em conta as diversidades locais e considerando cada idoso como sujeito de direitos, entretanto para que isto seja possível é imprescindível uma política eficaz, com o intuito de promover um envelhecimento digno, com qualidade e planejamento ao longo da vida.

Palavras-chave: Idosos; Saúde Pública; Programas de Saúde; Envelhecimento Ativo.

Introdução

Os idosos no Brasil passaram a ter seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, através da Política Nacional do Idoso (PNI) com a Lei 8.842/94, que visa assegurar os direitos sociais das pessoas idosas, gerando possibilidades para incentivar sua autonomia, integração e participação efetiva da sociedade e validando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 1999, a Portaria Ministerial nº 1.395/99 institui a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), na qual regulamenta que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde, relacionados ao tema, estimulem a composição ou ajustes nos planos, projetos e ações compatíveis com as diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.

PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO

Em 2002, foi aprovada uma readequação à PNSPI, que discutiu um novo modelo no que se refere à situação de saúde da pessoa idosa, sendo indispensável, durante a formulação de políticas públicas, a inclusão de idosos e famílias frágeis e em situação de grande instabilidade social. Além disso, conforme as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002, à PNSPI foi incluída como diretriz: a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável (Brasil, 2010b).

Em 2003, foi criado o Estatuto do Idoso, Lei 10.74, que “regulamenta os direitos assegurados a todos os cidadãos a partir dos 60 anos de idade, estabelecendo também deveres e medidas de punição” (Gomes, et al., 2009, p. 35).

A partir desses marcos legais - que orientam a gestão pública em todas as instâncias - buscou-se levantar artigos científicos sobre os Programas de Saúde Pública dirigidos às pessoas idosas no Brasil, tendo como fonte de pesquisa a *Revista Kairós Gerontologia* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), tendo como foco a gerontologia social.

Metodologia

Esta investigação, descritiva e de natureza qualitativa, utilizou como estratégia investigatória a pesquisa bibliográfica definida por um conjunto organizado de procedimentos por busca de soluções (Lima & Miotto, 2007) e respaldada na investigação e análise do que já foi elaborado sobre o assunto escolhido como tema de pesquisa científica. Foi realizada pelos mestrandos em Gerontologia

Social da PUC/SP, no período de 2010 a 2013, sobre acervo da *Revista Kairós Gerontologia* (PUC-SP) online.

Conforme salientado por Brevidelli e Sertório (2010) a seleção de conhecimentos em meios eletrônicos é um enorme progresso para os pesquisadores, popularizando o acesso e propiciando atualização constante. A opção em realizar a busca pelo banco de dados da *Revista Kairós Gerontologia* surgiu em decorrência de uma atividade da disciplina Envelhecimento: A Investigação e os Programas de Saúde Pública, que compõe o mestrado em Gerontologia Social da PUC-SP.

Os descritores utilizados foram: “saúde pública”, “idosos”, “envelhecimento”, “velhice”, “direitos”, “saúde”, “direitos sociais”, “Política Nacional do Idoso”, “políticas públicas” e “promoção de saúde”. Vale ressaltar que outros descritores também foram acrescentados ao longo da análise: “programas”, “SUS”, “vacinação”, “cartão saúde” e “caderneta”, contudo não obtiveram resultados.

Resultados e discussão

Após o refinamento da pesquisa pela base de dados foi possível encontrar um total de 12 artigos, nos quais o Programa de Envelhecimento Ativo faz-se presente com exemplos práticos, ou relacionados com saúde, participação e segurança e diretrizes do programa. Neste estudo os artigos selecionados na pesquisa são analisados a partir do olhar crítico (Machado, 2007) ao agregar ao conceito do envelhecimento ativo o enfoque sociológico, na análise do que se fala e o que se entende por Envelhecimento Ativo.

O Envelhecimento Ativo, segundo a Organização Mundial de Saúde (2002): “é o processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam velhas” (p. 13).

A partir desse enfoque nos artigos pesquisados foi constatada a presença dos determinantes dos Programas do Envelhecimento Ativo. Para melhor análise, as autoras dividiram em subtítulos os artigos participantes da pesquisa.

1 - Reflexão sobre a promoção do Envelhecimento Ativo

Com relação aos determinantes do Envelhecimento Ativo: saúde, participação e segurança, foram destacadas por Pedro (2013) ações no Departamento Regional de Saúde III, da Secretaria do Estado de Saúde, em Araraquara, SP.

Este estudo evidenciou a necessidade das pesquisas serem voltados às especificidades e diversidades das características locais e regionais, e a análise das discussões terem como foco os aspectos socioculturais, com consideração para: a heterogeneidade da velhice; participação social e econômica dos idosos; a diversidade sociocultural e a relevância das responsabilidades pelo envelhecimento ativo distribuído entre os diversos níveis: federal, estadual e municipal. Machado (2007) enfatiza a importância de

considerar a particularidade de cada local, e de que não é possível a insistência em um modelo coletivo quando se pensa no envelhecimento no meio urbano.

As principais lacunas destacadas por Pedro (2013) foram na área de trabalho, emprego, do compartilhamento do saber científico e tecnológico. Em suas conclusões reconheceu avanços nas políticas públicas da região de Araraquara, porém quando o assunto é envelhecimento muitas são as demandas com a necessidade de mais ações, gestões e participação dos cidadãos para novas alternativas e possibilidades.


2 - Epidemiologia do envelhecimento: dinamização, problemas e consequências

Com relação aos determinantes do Envelhecimento Ativo: saúde e segurança, Furtado *et al.* (2012) mencionam sobre as dificuldades com relação ao acesso à saúde e condições sanitárias vivenciadas por idosos na cidade de Parnaíba (PI). A pesquisa relatada foi realizada por meio de questionários em diferentes bairros, de setembro de 2008 a setembro de 2009, com 454 idosos, de ambos os sexos. Os resultados encontrados demonstraram que essa cidade apresenta precárias condições sanitárias, o que ocasiona elevação dos custos do sistema de saúde do município em decorrência do alto índice de internações hospitalares e tratamentos medicamentosos.

3 - Perfil sócio demográfico e patológico de idosos que frequentam uma unidade de Pronto Atendimento do Vale do Paraíba (SP)

Relacionados aos determinantes: segurança e saúde a pesquisa feita por Araújo e Silva (2012) em um Pronto Socorro do Vale do Paraíba, São Paulo, com pacientes idosos entre 60-70 anos teve como objetivo caracterizar o perfil sócio demográfico e patológico dos idosos frequentadores desse local.

Os autores entrevistaram em abril de 2010, 50 idosos - 21 do sexo masculino e 29 do sexo feminino - pesquisa que evidenciou a hipertensão arterial como o motivo mais comum entre as mulheres que buscam um pronto atendimento; entre os homens o diabetes é a causa mais comum; a presença do tabagismo é igual em ambos os sexos; o etilismo está mais presente entre os homens, e a caminhada é um hábito comum todos entrevistados. Nos resultados constataram que apesar de desenvolverem atividades físicas, são altos os índices de tabagismo e etilismo.



PROGRAMA
PRIORIZA A SAÚDE
DOS IDOSOS

Conforme Machado (2007), as questões ambientais, bem como ausência de políticas preventivas e deficientes condições habitacionais, são relevantes para o estado de saúde da pessoa idosa e interferem em seu envelhecimento.

4 - O impacto das atividades em grupo como estratégia de promoção da saúde na senescência

Bittar e Lima (2011) pesquisaram a percepção de dois grupos de idosos sobre o impacto que a participação e a não participação em atividades que repercutem na saúde e qualidade de vida por meio de um Projeto “Envelhecimento Saudável” da cidade de Carneirinho, MG.

Constatarem nos idosos participantes: ampliação de possibilidades de inserção social; motivação para buscar novas atividades; mais entusiasmo com a vida e melhora da autoestima, como forma de fugirem do isolamento social e do adoecimento.

Com relação aos idosos não participantes as entrevistas indicam como muitos idosos associam desânimo e decadência à idade, e que as questões da sociabilidade estão supridas pelo vínculo afetivo como família e religião “como importante rede de apoio social”. A não participação ocorre em decorrência de dificuldades para o comparecimento nas atividades, ou por ter um familiar dependente de seus cuidados. Mas, mesmo sem participarem, relataram perceber no grupo participante benefícios como: disposição, saúde e socialização.

5 - Promoção de saúde do idoso: a importância do treino de memória

A respeito dos determinantes: saúde, segurança e participação, Araújo *et al.* (2012) desenvolveram a discussão sobre a importância dos treinos de memória para a promoção da saúde do idoso, por meio de estudo bibliográfico, em fonte online nas bases de dados SCIELO e LILACS, com os descritores: treinamento, treino, memória e idoso.

Obtiveram um total de 8 artigos para comporem a amostra em estudo, verificando que: a classificação da memória de forma distinta, não existindo uma única definição e que os treinos de memória podem ser uma contribuição para a saúde do idoso. Destacaram o favorecimento à ressocialização, interação, compartilhamento de queixas e superações, a autoconfiança e autoestima, redução do isolamento, ansiedade e depressão.

6 - Aprender na Terceira Idade: educação permanente e velhice bem-sucedida como promoção da saúde mental do idoso

Sobre os determinantes de saúde, participação e segurança, Búfalo (2013) realizou um estudo sobre a educação permanente e sua relação para a saúde mental do idoso e as universidades abertas. Constatou que nos Programas de Universidades de Terceira Idade nem sempre há coordenadores com formação em pedagogia ou especialização em Gerontologia; os idosos que frequentam

as Universidades da Terceira Idade não fazem jus a uma certificação que lhes confira título acadêmico ou aperfeiçoamento profissional, que fosse possível aos idosos que desejassem.

7 - Educação e envelhecimento bem-sucedido: reflexões sobre saúde e autocuidado

Ainda com foco nos determinantes saúde, participação e segurança, Vitorino, Miranda e Witter (2012, p. 35) ressaltaram nesse estudo a importância da educação com o papel de intermediária para um envelhecimento *bem-sucedido*, por meio dos cuidados com a saúde e do autocuidado. Abordaram reflexões que direta ou indiretamente tratam “do aspecto intrínseco e extrínseco da educação na e para a promoção de saúde e da necessidade de se empoderar o indivíduo para que ele seja autônomo, decida sobre seu destino, eduque-se para a velhice, etc”.

A conclusão indica a necessidade de políticas públicas voltadas à educação para o envelhecimento, com ações que sejam efetivadas e discutidas nos mais diversos setores e meios de comunicações, para que sejam privilegiadas estratégias que promovam o envelhecimento saudável.

8 - Envelhecimento populacional e desafios para a saúde pública: análise de produção científica

No que diz respeito aos determinantes saúde e participação, Brito, *et al.* (2013), realizaram pesquisa bibliográfica na literatura sobre o envelhecimento e os desafios da saúde pública, publicada de 2002-2012 nas bases de dados LILACS, MEDLINE, SCIELO e CIDSAUDE, com os descritores: envelhecimento, idoso e políticas públicas. Da análise, 8 foram selecionados em três categorias de estudo: I- *O envelhecimento populacional e os custos para o serviço de saúde: um desafio para a Saúde Pública*; II- *Trabalho interdisciplinar na atenção à saúde do idoso*; III- *O envelhecimento saudável na busca de superar desafios* (Brito *et al.* p. 166).



Os autores pontuaram que pouco se conhece a respeito do impacto econômico sobre a dependência do idoso na família e no sistema de saúde, e a importância de políticas que estimem os gastos de um paciente idoso dependente, com ou sem cobertura de saúde privada, para o Sistema Único de Saúde. Destacaram a relevância da integração entre

as ciências: Geriatria, Gerontologia, Psicologia, Educação Física e a importância de profissionais capacitados para entenderem o público em questão.

Pontuaram a necessidade de programas sobre: saúde, sociabilidade e educação, e verificaram, com relação à velhice, as limitações enfrentadas pelo

Sistema de Saúde, o desafio em encontrar profissionais capacitados e a falta de uma padronização aos cuidados do idoso.

9 - Sexualidade e envelhecimento: discussões sobre a AIDS

Na abordagem dos determinantes: saúde, participação e segurança, Silveira, *et al.* (2011) abordaram o preconceito com que é vista a atividade sexual após os 60 anos. Destacaram como os idosos, por não serem considerados em sua sexualidade, tornam-se vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, especialmente AIDS, em decorrência da ausência de campanhas preventivas direcionadas a esse público. Os autores enfatizam a importância do conhecimento da sexualidade do idoso para que sejam planejados e implementados programas preventivos.

10 - Fundo Nacional do Idoso: um instrumento de fortalecimento dos Conselhos e de garantia de direitos da pessoa idosa

Alcântara e Giacomini (2013, p. 164) com relação aos determinantes: saúde, participação e segurança, comentaram a importância da “*efetivação do Fundo Nacional do Idoso e de seus congêneres, orientando as entidades sobre como apresentar projetos, serviços e ações para serem financiadas por ele, tendo a sociedade civil como parceira no monitoramento dessas ações*”, que fortalecerá os Conselhos e garantirá os direitos dos idosos brasileiros. Esclareceram o contexto em que o Fundo Nacional do Idoso foi criado, sua regulamentação e efetivação da sua gestão.

11 - Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica

Sobre os determinantes saúde e participação, Moreira *et al.* (2013) reforçaram nesse estudo os avanços do envelhecimento humano, as políticas públicas voltadas para o tema e o envelhecimento ativo, com o objetivo de refletir sobre a qualidade de vida no Brasil e fatores a eles relacionados.

Indicam os avanços da legislação brasileira com relação ao idoso, mas constata a insatisfação e dificuldades existentes na realidade prática, no que se refere ao acesso a tratamento médico e serviços assistenciais; as contradições entre velhice/bem-estar e velhice/doença; a necessidade de políticas públicas que qualifiquem a saúde brasileira com adequadas estratégias no desenvolvimento de melhor qualidade de vida ao idoso; enfatizaram a importância da atividade física regular na terceira idade e suas contribuições para a saúde física e mental.

12 - O caráter simbólico dos direitos referentes à velhice na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso

A respeito do determinante segurança, Giacomini e Couto (2013) questionaram a efetividade da Constituição Federal e do Estatuto do Idoso, com relação à

Seguridade Social. Comentaram a desigualdade existente no nosso país quanto as característica de cada local face ao envelhecimento.

Considerações finais

Ao atribuir o enfoque sociológico ao Envelhecimento Ativo, Machado (2007) reflete a amplitude do conceito e a criação e distribuição das ações nos eixos: saúde, segurança e participação. A partir desse olhar e dos artigos estudado foram constatados: I) a natureza assimétrica: ainda não há uma distribuição uniforme das ações em todos os eixos; II) com relação ao alcance da distribuição das oportunidades há regiões em que são desenvolvidos todos os eixos, outras com dificuldade para desenvolver apenas um dos eixos; III) a respeito dos contextos sociais: são diversos e refletem na distribuição das ações; IV) a construção do idoso pela sociedade: persiste a visão da velhice associada a doença; V) a descapitalização do mais velho: é refletida no preconceito social.

Conclui-se a partir dos estudos levantados a necessidade de uma Política do Envelhecimento Ativo, *com enfoque social*, capaz de englobar em suas ações todos os eixos: saúde, participação e segurança e que esteja ao alcance de todos, respeitadas as diversidades locais.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; e GIACOMIN, Karla Cristina. Fundo Nacional do Idoso: Um instrumento de fortalecimento dos Conselhos e de garantia de direitos da pessoa idosa. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 16, n.1, 2013, 143-166. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19779/14671>. Acesso: 10 de julho de 2014.

ARAÚJO, Priscila Oliveira, *et al.* Promoção da saúde do idoso: a importância do treino da memória. *Revista Kairós Gerontologia*, n. 15 v. 4, 2012, 169-183. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18998/14150>. Acesso: 23 de abril de 2014.

ARAÚJO, Claudia Lysia.de O.; e SILVA, Antonio Carlos. Perfil sociodemográfico e patológico de idosos que frequentam uma unidade de Pronto Atendimento do Vale do Paraíba (SP). *Revista Kairós Gerontologia*, 15(5), 2012, 225-232. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/5606/11439>. Acesso: 23 de abril de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 10 de julho de 2014.

BRASIL. Código Civil. *Lei 8.842 de 4 de Janeiro de 1994. Lei da Política Nacional do Idoso*. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso: 10 de julho de 2014.

BRASIL (a). Código Civil. *Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010. Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm. Acesso: 10 de julho de 2014.

BRASIL (b). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas: *Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento*. Brasília, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf.

BREVIDELLI, Maria Meimei; e SERTÓRIO, Sonia Cristina Masson. *Trabalho de conclusão de curso: guia prático para docentes e alunos da área da saúde*. (4a ed). São Paulo: Iátria, 2010.

BITTAR, Cléria; e LIMA, Lara Carvalho Vilela. O impacto das atividades em grupo como estratégia de promoção da saúde na senescência. *Revista Kairós Gerontologia*, n.14, v.4, 2011, 101-118. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/10053/7482>. Acesso: 23 de abril de 2014.

BRITO, Maria da Conceição Coelho, *et al.* Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública: análise da produção científica. *Revista Kairós Gerontologia*, v.16, n.3, 2013, 161-178. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18552/13738>. Acesso: 23 de abril de 2014.

BÚFALO, Katia Silva. Aprender na terceira idade: educação permanente e velhice bem-sucedida como promoção da saúde mental do idoso. *Revista Kairós Gerontologia*, n. 16 v. 3, 2013, 195-212. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18533/13720>. Acesso: 23 de abril de 2014.

FURTADO, Luis Fernando Viana, *et al.* Epidemiologia do envelhecimento: dinamização, problemas e consequências. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 15, n. 2, 2012, 55-69. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13106>. Acesso: 23 de abril de 2014.

GIACOMIN, Karla Cristina; e COUTO, Eduardo Carmagos. O caráter simbólico dos direitos referentes à velhice na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 16 n. 3, 2013, 141-160. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18529/13718>. Acesso: 23 de abril de 2014.

GOMES, Sandra *et al.* *Políticas Públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios*. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume2_Políticas_publicas.pdf. Acesso: 10 de julho de 2014.

LIMA, Telma Critiane Sasso de, e MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katálysis*. v. 10, n. especial, 2007. 37-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext. Acesso: 10 de julho de 2014.

MACHADO, Paulo. Reflectindo sobre o conceito de envelhecimento activo, pensando no envelhecimento em meio urbano. *Fórum Sociológico*, 17, II Série, 2007, 53-63. Disponível em: <http://forumsociologico.fcs.unl.pt/PDF/FS17-Art.6.pdf>. Acesso: 23 de abril de 2014.

MOREIRA, Ramon Missias, *et al.* Qualidade de vida, Saúde e Política Pública de Idosos no Brasil: uma reflexão teórica. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 16, n. 2, 2013, 27-38. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17629/13128>. Acesso: 23 de abril de 2014.

PEDRO, Wilson José Alves. Reflexões sobre a promoção do Envelhecimento Ativo. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 16, n. 5, 2013, 09-32. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/18506/13699>. Acesso: 23 de abril de 2014.

SILVEIRA, Michele Marinho da, *et al.* Sexualidade e Envelhecimento: discussão sobre a AIDS. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, v. 14, n. 5, 2011, 205-220. Recuperado em 02 de junho, 2015 de <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/5673/7347>

VITORIANO, Sueli dos Santos; MIRANDA, Maria Luiza Jesus; e WITTER, Carla. (2012). Educação e envelhecimento bem-sucedido: reflexões sobre saúde e autocuidado. *Revista Kairós Gerontologia*, 15(3), 29-42. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/7531/10183>. Acesso: 23 de abril de 2014.

World Health Organization. *Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde*. (Tradução Suzana Gontijo), Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005, 60p. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso: 10 de julho de 2014.

Data de recebimento: 10/10/2015; Data de aceite: 10/02/2016.

Alessandra Negrão Elias Martins – Formação em Direito, mestre em Gerontologia Social /PUC-SP. E-mail: alenemartins@gmail.com

Ana Carla Santos Nogueira de Sousa – Formação em Fonoaudiologia, Especialista em Gerontologia e mestre em Gerontologia Social /PUC-SP. E-mail: nogueira.geronto@bol.com.br

Beltrina Côrte – Formação em Jornalismo, doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação. Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia da PUC-SP. E-mail: beltrina@pucsp.br